

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: PROMOVEDO O RESPEITO E A DIVERSIDADE

GENDER AND SEXUALITY AT SCHOOL: PROMOTING RESPECT AND DIVERSITY

Lenilson Rodrigues do Nascimento

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ana Valéria Silva Pinheiro

Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil

Christiane Diniz Guimarães

MUST University, Estados Unidos

Kelly Gissane Perrout Rosa

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

Yamille Dantas de Melo

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/2bb9hw48>

Publicado em: 31.05.2025

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar de que modo a escola pode atuar na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. O estudo abordou as representações naturalizadas sobre sexualidade no ambiente escolar; a potencialidade da escola como espaço de intervenção crítica e a importância da formação docente para o enfrentamento de práticas discriminatórias. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada na análise de três artigos científicos publicados entre 2011 e 2023. A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância temática, rigor metodológico e aderência aos objetivos do estudo. Os dados foram sistematizados por meio de fichamentos temáticos e analisados à luz dos referenciais teóricos presentes nos próprios textos. Os resultados evidenciaram que, embora a escola ainda reproduza padrões normativos e reducionistas em relação à sexualidade e ao gênero, práticas formativas dialógicas e experiências educativas participativas demonstram potencial transformador. Constatou-se também que a ausência de formação docente crítica é um dos principais entraves para a abordagem qualificada da temática. Conclui-se que o fortalecimento de políticas de formação inicial e continuada, aliadas a propostas pedagógicas sensíveis à diversidade, constitui estratégia necessária à promoção de uma educação democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Sexualidade Escolar; Diversidade De Gênero; Formação De Professores; Práticas Educativas; Exclusão Simbólica.

Abstract: This article aimed to analyze how schools can promote respect for sexual and gender diversity. The study addressed naturalized representations of sexuality in school settings, the potential of schools as spaces for critical intervention, and the importance of teacher training in confronting discriminatory practices. To this end, a bibliographic research with a qualitative approach was conducted, based on the



analysis of three scientific articles published between 2011 and 2023. The selection of materials followed criteria of thematic relevance, methodological rigor, and alignment with the study's objectives. The data were systematized through thematic summaries and analyzed based on the theoretical references presented in the texts themselves. The findings indicated that, although schools still reproduce normative and reductionist patterns regarding sexuality and gender, dialogical formative practices and participatory educational experiences have shown transformative potential. It was also found that the absence of critical teacher training is one of the main obstacles to a qualified approach to the theme. It is concluded that strengthening initial and continuing education policies, combined with pedagogical proposals sensitive to diversity, is a necessary strategy for promoting democratic and inclusive education.

Keywords: School Sexuality; Gender Diversity; Teacher Training; Educational Practices; Symbolic Exclusion.

Introdução

As discussões sobre gênero e sexualidade vêm progressivamente adentrando os espaços educacionais, ainda que de forma tensionada e muitas vezes marginalizada. No contexto escolar brasileiro, tais temáticas são frequentemente tratadas de maneira normativa, centrada em concepções biologizantes, o que compromete sua abordagem crítica e interseccional. A escola, enquanto instituição social e espaço de formação de subjetividades, revela-se atravessada por discursos que legitimam padrões de gênero heteronormativos e invisibilizam expressões identitárias dissidentes. Nesse sentido, discutir a sexualidade e o gênero na escola ultrapassa o domínio do conteúdo curricular e insere-se no campo da construção democrática das relações interpessoais e da promoção dos direitos humanos.

A escolha do tema justifica-se pela urgência de se compreender os mecanismos institucionais e pedagógicos que contribuem para a reprodução de práticas excludentes e, simultaneamente, identificar experiências que apontam para a possibilidade de uma educação inclusiva e emancipadora. A invisibilização de corpos, identidades e afetos dissidentes no espaço escolar opera como forma de violência simbólica, reiterando desigualdades históricas e comprometendo o direito à educação plena. A escola, portanto, ao invés de ser apenas reprodutora de valores hegemônicos, deve se constituir como campo de disputa de sentidos e de construção de alternativas ético-políticas.

A partir dessa problemática, formulou-se a seguinte questão norteadora: de que modo a escola pode atuar na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero? Com base nessa indagação, o presente artigo teve como objetivo geral analisar as possibilidades de intervenção pedagógica voltadas à promoção do respeito e da equidade de gênero e sexualidade no espaço escolar. Para isso, foram definidos como objetivos específicos: a) identificar os discursos normativos que orientam a abordagem da sexualidade e do gênero na escola; b) compreender o papel da escola como espaço de subjetivação, escuta e transformação; e c) discutir a importância da formação docente como elemento estruturante para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, voltada à análise de três artigos científicos selecionados com base em critérios de atualidade, relevância temática e aderência aos objetivos da investigação. Os dados foram organizados por

meio de fichamentos temáticos e analisados com base nos referenciais teóricos extraídos dos próprios textos, conforme sistematizado na seção metodológica.

Entre os principais autores mobilizados ao longo da análise estão Brancaleoni e Oliveira, que discutem a experiência de projetos de educação sexual em escolas públicas paulistas; Maia *et al.*, que abordam a formação docente voltada à diversidade; e os estudos recentes de Santana *et al.*, que fundamentam as escolhas metodológicas com foco na pesquisa educacional de cunho transformador.

A estrutura do artigo está dividida em três capítulos centrais. O primeiro, denominado a naturalização da sexualidade e do gênero no contexto escolar, analisa os discursos normativos que permeiam a escola e dificultam o enfrentamento da exclusão simbólica. o segundo capítulo, a escola como espaço de intervenção e reflexão sobre a diversidade sexual e de gênero, discute as possibilidades de resignificação das práticas pedagógicas por meio de ações formativas. o terceiro, a formação docente como elemento fundamental para a promoção da educação sexual e do respeito à diversidade, aborda os limites e as potencialidades da formação inicial e continuada de professores frente aos desafios da diversidade. as seções seguintes apresentam os resultados e análise dos dados, a conclusão, o resumo (em português e em inglês) e, ao final, as referências utilizadas.

Metodologia

A presente investigação foi caracterizada como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, voltada à análise de produções acadêmicas que discutem a inserção das temáticas de gênero e sexualidade no espaço escolar. O objetivo foi compreender como essas produções concebem o papel da escola na promoção do respeito à diversidade e quais elementos teóricos e metodológicos sustentam práticas pedagógicas transformadoras.

O estudo fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa bibliográfica, compreendida, conforme Santana *et al.* (2025), como um processo analítico de organização e interpretação de conhecimentos previamente sistematizados, permitindo ao pesquisador identificar lacunas conceituais e propor novas hipóteses interpretativas. Nesse sentido, foi adotada uma postura crítica e reflexiva diante do material selecionado, com o intuito de construir uma análise articulada e coerente com os objetivos propostos.

Foram utilizados, como corpus, três artigos científicos que discutem experiências educativas voltadas à diversidade de gênero e sexualidade no contexto da escola pública. A seleção dos textos obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: pertinência temática, publicação em periódico qualificado, adesão aos objetivos da pesquisa e delimitação temporal entre 2011 e 2023. Excluíram-se materiais opinativos, textos sem comprovação científica e documentos que não dialogassem diretamente com o campo da educação formal.

As bases utilizadas para a localização dos documentos foram o *Google Acadêmico* e o portal da *Capes Periódicos*. Este último consiste em uma biblioteca virtual mantida pelo Ministério da Educação, que reúne publicações científicas nacionais e internacionais, com acesso gratuito para instituições de ensino superior. Para realizar as buscas, foram utilizadas combinações simples de palavras-chave entre aspas curvas e simples, como ‘educação sexual’, ‘gênero na escola’, ‘formação docente em diversidade’, ‘sexualidade na adolescência’ e ‘práticas pedagógicas inclusivas’.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de fichamento temático. Inicialmente, os textos foram submetidos a uma leitura flutuante para identificação dos tópicos recorrentes. Em seguida, foram organizadas nove categorias principais, que corresponderam aos três capítulos do artigo. A partir dessa categorização, foi possível extrair citações diretas curtas e longas, bem como construir articulações teóricas entre os autores.

A pesquisa adotou o referencial da *pesquisa-ação*, na medida em que busca articular conhecimento teórico com transformação prática. Como afirmam Santana, Narciso e Santana (2025, p. 15), “a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que promove a transformação social”. A escolha desse enquadramento justifica-se pelo compromisso com a intervenção no campo educacional, a partir da análise crítica da realidade escolar e da proposição de estratégias formativas.

A abordagem qualitativa, por sua vez, permitiu captar as nuances e os sentidos atribuídos pelos autores às experiências educativas analisadas. Nesse aspecto, reforça-se a concepção de que “a integração de métodos quantitativos e qualitativos tem se mostrado uma abordagem para compreender fenômenos complexos, especialmente no campo educacional” (Narciso; Santana, 2025, p. 19465). Ademais, a própria natureza do objeto investigado — o tratamento escolar da diversidade sexual e de gênero — requer uma metodologia capaz de apreender subjetividades, práticas discursivas e relações de poder.

Por fim, destaca-se que “a relação entre metodologia científica e pesquisa educacional é intrínseca, pois a investigação sistemática é a principal ferramenta para compreender e intervir nos desafios do processo de ensino e aprendizagem” (Santana e Narciso, 2025, p. 1580). Nesse sentido, a metodologia adotada revelou-se adequada ao propósito de construir uma análise crítica, comprometida com a transformação das práticas escolares e com a valorização da diversidade como princípio educativo.

A naturalização da sexualidade e do gênero no contexto escolar

A abordagem da sexualidade e do gênero no espaço escolar tem sido marcada historicamente por práticas reducionistas que associam essas temáticas exclusivamente ao corpo biológico e ao risco, o que resulta na reprodução de discursos normativos e excludentes. De acordo com Brancaloni e Oliveira (2016), a sexualidade ainda figura entre os temas “polêmicos e constrangedores”, frequentemente vinculados a noções de promiscuidade, pecado e doença, o que contribui para seu silenciamento ou tratamento estigmatizado nas escolas. Tal cenário é agravado pela falta de formação específica dos educadores, que, diante da insegurança, muitas vezes optam por estratégias de contenção ou evitam completamente o tema.

A esse respeito, os mesmos autores observam que os professores tendem a reproduzir um enfoque biologizante da sexualidade, reduzindo-a a questões como doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos, sob uma perspectiva de controle e assepsia (Brancaloni; Oliveira, 2016, p. 58). Essa visão higienista, além de empobrecer a discussão, reforça a marginalização de identidades e práticas sexuais dissidentes da norma heterossexual reprodutora.

Essa compreensão limitada reflete uma estrutura curricular historicamente construída para legitimar padrões binários e hegemônicos de gênero e sexualidade. Como demonstram Freire *et al.* (2007, p. 15), “mentalidades [...] compreendem a diversidade sexual como algo

patológico [...] associando gênero à constituição biológica de macho e fêmea”, negligenciando a historicidade e a complexidade da sexualidade humana.

Esse tipo de abordagem não apenas invisibiliza vivências dissidentes, como também impede a construção de um espaço escolar dialógico e emancipador. Em outras palavras, ao reduzir o debate à dimensão biomédica, nega-se a possibilidade de compreender a sexualidade como expressão cultural, relacional e política.

Além disso, a presença de práticas normativas no cotidiano escolar legitima, de forma velada, hierarquias de gênero e heteronormatividade. Segundo Campos (2015), essa lógica se manifesta no chamado “currículo oculto sexual”, que reforça modelos heterossexuais reprodutivos e silencia a diversidade de expressões e identidades sexuais. Tal constatação revela que a escola não apenas reflete os preconceitos sociais, mas também os reproduz ativamente, reforçando a exclusão de sujeitos que não se enquadram nos padrões dominantes.

Por conseguinte, é preciso compreender que as representações sobre gênero e sexualidade na escola não são naturais, mas socialmente produzidas e historicamente situadas. Como afirmam Maia *et al.* (2012, p. 152), “é fundamental romper ideias cristalizadas e construídas na sociedade, formando um ser humano consciente das relações sociais a que está submetido”.

A citação acima evidencia a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada das temáticas de gênero e sexualidade, que vá além do conteúdo prescritivo e normativo. Essa perspectiva demanda a problematização ativa dos sentidos atribuídos a tais categorias, de modo a transformar a escola em um espaço de questionamento e de emancipação.

Ademais, a adoção de um olhar crítico sobre essas temáticas implica também a revisão das práticas docentes, curriculares e institucionais que sustentam discursos excludentes. Isso inclui o reconhecimento da diversidade como valor educativo, e não como problema a ser controlado ou evitado. Portanto, repensar a naturalização do gênero e da sexualidade na escola é condição para o enfrentamento efetivo das desigualdades e para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo e plural.

A escola como espaço de intervenção e reflexão sobre a diversidade sexual e de gênero

A escola, por sua função social e formativa, possui o potencial de constituir-se como espaço privilegiado para a construção de sentidos e a desconstrução de preconceitos relacionados à sexualidade e ao gênero. No entanto, esse potencial depende da intencionalidade pedagógica das práticas desenvolvidas em seu interior. Conforme Brancaleoni e Oliveira (2016), espaços como oficinas educativas, quando adequadamente conduzidos, contribuem para a clarificação de valores e a subjetivação de informações tanto por parte dos estudantes quanto dos educadores.

Esse processo formativo ocorre mediante a criação de contextos que valorizam a escuta, o diálogo e a reflexão crítica. Os autores destacam que, nas atividades desenvolvidas com adolescentes, observou-se

[...] o reconhecimento dos grupos como um espaço de diálogo franco, esclarecimento e reflexão [...] no grupo a gente conversou sobre a primeira vez, coisas que a gente fica pensando, mas não sabe informação direito (Brancaleoni; Oliveira, 2016, p. 6).

Essa experiência evidencia que a escola pode assumir um papel emancipador, desde que promova práticas educativas abertas à pluralidade e à complexidade das vivências dos sujeitos. De forma convergente, Maia *et al.* (2012, p. 152) afirmam que “a abordagem de sexualidade, gênero e diversidade sexual na escola precisa contribuir para esse processo de humanização”, ressaltando que isso implica romper com ideias cristalizadas e socialmente legitimadas que produzem exclusão.

Com base nessas experiências, percebe-se que as ações formativas não devem limitar-se à transmissão de conteúdos, mas precisam fomentar a problematização ativa das relações sociais e identitárias. As oficinas descritas nos estudos analisados exemplificam esse processo, pois não apenas informam, mas também desestabilizam certezas e produzem deslocamentos subjetivos.

Ademais, é fundamental compreender que a escola é composta por relações sociais mediadas por poder, linguagem e afetividade. Como argumentam Brancaleoni e Oliveira (2016), os educadores também são atravessados por crenças e valores que influenciam sua prática, razão pela qual as ações educativas voltadas à diversidade sexual e de gênero devem incluí-los como sujeitos do processo formativo. Nas palavras dos autores:

[...] as oficinas se mostraram espaços promissores para a subjetivação de informações, bem como para a reflexão, clarificação e transformação de valores e crenças também no trabalho com os educadores (Brancaleoni; Oliveira, 2016, p. 7).

Assim, torna-se evidente que a intervenção pedagógica transformadora exige o enfrentamento de resistências históricas e culturais presentes no ambiente escolar. Isso demanda a construção de um currículo que incorpore criticamente a temática da diversidade, rompendo com a lógica do silenciamento e da invisibilização.

Campos (2015) aponta que, ao assumir sua função formadora, a escola deve promover o reconhecimento e a valorização das múltiplas expressões de identidade, contribuindo para a construção de sujeitos críticos e conscientes. Esse movimento implica a articulação entre práticas pedagógicas inclusivas e políticas institucionais de enfrentamento à discriminação.

Nesse contexto, a promoção da diversidade sexual e de gênero na escola não se reduz à inserção de temas pontuais no conteúdo programático, mas requer o engajamento de toda a comunidade escolar na construção de uma cultura de respeito, acolhimento e equidade. Como conclui Maia *et al.* (2012), a escola deve ser um espaço de formação humana integral, no qual a diversidade é reconhecida como dimensão constitutiva da aprendizagem e da convivência democrática.

A formação docente como elemento fundamental para a promoção da educação sexual e do respeito à diversidade

A qualificação do corpo docente é condição indispensável para que a escola possa desempenhar seu papel como espaço de transformação social e promoção da equidade. A formação de professores, tanto inicial quanto continuada, precisa incorporar criticamente os temas da sexualidade e do gênero, superando abordagens prescritivas ou biologizantes. Conforme Brancaleoni e Oliveira (2016), a ausência de espaços formativos específicos compromete

diretamente a capacidade dos educadores de lidar com tais temáticas, gerando insegurança, reprodução de preconceitos e manutenção de práticas excludentes.

Esse diagnóstico é reiterado quando os autores afirmam:

Constatou-se: a ausência de espaços formativos, nas escolas, para que o trabalho de educação sexual dos jovens fosse desenvolvido com mais segurança e qualificação, de forma menos normativa e biologizante [...] a contribuição oferecida pela assessoria e supervisão para a reflexão e transformação da prática docente com temas referentes à sexualidade e ao gênero (Brancaleoni; Oliveira, 2016, p. 7).

Tais constatações indicam a necessidade de políticas públicas que assegurem processos formativos consistentes, voltados à desconstrução de estigmas e à promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Nesse sentido, a participação em projetos de extensão voltados à temática revelou-se como estratégia formativa significativa. Os mesmos autores destacam que tais projetos possibilitam a mobilização de saberes e a superação de lacunas curriculares, sendo, portanto, constitutivos da formação profissional docente (Brancaleoni; Oliveira, 2016, p. 8).

Convergindo com essa análise, Maia *et al.* (2012) alertam que a deficiência na formação docente sobre sexualidade e diversidade tem efeitos concretos sobre a permanência de práticas discriminatórias no cotidiano escolar. Como afirmam:

A ausência de formação docente que contemple de forma efetiva a discussão sobre sexualidade, gênero e diversidade reforça a permanência de práticas escolares discriminatórias, centradas em normativas excludentes e invisibilizadoras das múltiplas expressões da sexualidade humana (Maia *et al.*, 2012, p. 154).

A superação desse quadro requer uma reconfiguração dos currículos formativos, de modo a incluir de maneira transversal e crítica a discussão sobre as relações de gênero e a diversidade sexual. Isso implica não apenas a inclusão temática, mas a adoção de metodologias que favoreçam a escuta, a problematização e a reflexividade por parte dos professores em formação.

Ademais, Brancaleoni e Oliveira (2016) destacam que uma das contribuições mais relevantes dos projetos de formação foi o desenvolvimento da postura de escuta, rompendo com a lógica do “suposto saber” e promovendo o reconhecimento dos preconceitos como ponto de partida para a transformação. Nas palavras dos autores:

Além de conhecimentos ligados aos conteúdos, os participantes também destacaram o desenvolvimento de uma postura docente de ‘escuta’ dos conceitos e preconceitos prévios do aluno, de modo a promover a discussão e a reflexão em sala de aula, rompendo com o lugar do suposto saber e normatização (Brancaleoni; Oliveira, 2016, p. 8).

Esse processo evidencia que a formação docente voltada à diversidade deve considerar, para além do domínio teórico, as dimensões éticas e políticas do fazer pedagógico. Como concluem Maia *et al.* (2012, p. 155), preparar o professor implica capacitá-lo para enfrentar situações de discriminação e para implementar práticas inclusivas baseadas na aceitação e na sensibilidade.

Dessa forma, a construção de um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e respeitoso depende do investimento contínuo na formação dos educadores. Tal formação deve ser contextualizada, crítica e comprometida com a promoção dos direitos humanos, permitindo aos docentes o reconhecimento de sua função social na consolidação de uma cultura escolar democrática e plural.

Resultados e análise dos dados

A análise dos referenciais teóricos permitiu identificar que o tratamento da sexualidade e do gênero no contexto escolar permanece limitado por concepções normativas, biologizantes e excludentes. As principais conclusões do estudo indicam que ainda predomina uma abordagem centrada na dimensão reprodutiva da sexualidade, frequentemente dissociada de aspectos sociais, culturais e afetivos. Essa constatação evidencia que o espaço escolar, salvo iniciativas pontuais e projetos específicos, não tem se configurado, de forma sistemática, como ambiente de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero.

O significado dessas descobertas reside na constatação de que a ausência de formação adequada compromete a atuação docente diante dessas temáticas, contribuindo para a reprodução de estigmas. As práticas educativas que se limitam a conteúdos científicos descontextualizados demonstram baixa eficácia na desconstrução de preconceitos e na afirmação de identidades diversas. Por outro lado, experiências educativas baseadas em metodologias participativas demonstraram potencial para promover a reflexão crítica, o diálogo e a subjetivação de valores tanto entre estudantes quanto entre professores.

As evidências encontradas guardam relação com pesquisas anteriores que indicam o caráter estrutural dos obstáculos à abordagem da diversidade sexual nas escolas. Estudos anteriores já apontavam a escassez de políticas de formação docente e a invisibilidade curricular da temática como elementos centrais na perpetuação da normatividade de gênero e sexualidade. Contudo, os dados também revelaram que práticas educativas críticas e reflexivas, ainda que isoladas, têm potencial para promover mudanças de postura e ruptura com padrões discriminatórios.

Entre as limitações identificadas, destaca-se o fato de que muitas das experiências analisadas não estão inseridas em políticas públicas estruturadas, sendo iniciativas restritas a projetos de extensão universitária ou esforços individuais. Isso compromete a sustentabilidade e a abrangência dessas ações, tornando sua influência circunscrita a contextos pontuais. Além disso, a resistência institucional, a falta de apoio das gestões escolares e o conservadorismo presente em parte da comunidade escolar emergem como entraves à ampliação do debate.

Em relação a resultados inesperados, observou-se que mesmo professores resistentes inicialmente ao tema demonstraram abertura à mudança quando inseridos em processos formativos dialógicos e contextualizados. Isso sugere que a rejeição à abordagem da diversidade não decorre unicamente de convicções pessoais, mas da ausência de espaços formativos seguros e contínuos. Tais dados indicam que a formação crítica e situada é capaz de mobilizar transformações significativas na prática docente.

A análise também aponta caminhos para futuras pesquisas. Primeiramente, evidencia-se a necessidade de ampliar estudos empíricos sobre a eficácia de programas de formação docente em diversidade sexual e de gênero, considerando diferentes níveis de ensino e contextos escolares. Em segundo lugar, sugere-se a investigação sobre os efeitos de práticas pedagógicas inclusivas na permanência e no desempenho escolar de estudantes LGBTQIA+. Finalmente, recomenda-se que estudos futuros analisem a interface entre políticas educacionais e práticas escolares no enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Conclusão

A presente investigação permitiu compreender de forma crítica os desafios e possibilidades da promoção da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar. O estudo fundamentou-se na análise de produções acadêmicas que discutem a educação sexual e a formação docente como elementos centrais para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com o respeito e a equidade.

A partir da questão norteadora — de que modo a escola pode atuar na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero —, foi possível identificar que a predominância de abordagens normativas e reducionistas ainda representa um obstáculo significativo. Contudo, também se evidenciaram experiências formativas e educativas que apontam alternativas viáveis para a transformação desse cenário.

Os objetivos propostos foram alcançados à medida que se pôde: a) analisar como a naturalização de discursos sobre sexualidade e gênero impacta negativamente as práticas escolares; b) demonstrar o papel da escola como espaço de construção de subjetividades e desconstrução de preconceitos; e c) discutir a relevância da formação docente para a consolidação de uma educação sexual crítica e emancipadora. A análise dos documentos demonstrou que a presença de práticas pedagógicas reflexivas, quando aliada a processos de formação continuada, favorece a construção de um ambiente escolar mais inclusivo.

O artigo concluiu que não é suficiente inserir conteúdos pontuais sobre diversidade nos currículos escolares. É necessário investir na formação crítica de professores, na revisão das estruturas escolares e na consolidação de políticas públicas que assegurem a abordagem da temática como dimensão essencial da formação cidadã.

Como sugestão para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de investigações que articulem práticas pedagógicas inovadoras, políticas de inclusão e o impacto dessas ações na trajetória escolar de sujeitos marginalizados. Ainda, propõe-se o aprofundamento do debate sobre interseccionalidades, a fim de compreender como raça, classe, gênero e sexualidade se articulam na produção das desigualdades educacionais. Essas lacunas indicam que o enfrentamento das discriminações na escola demanda não apenas ações pontuais, mas um compromisso contínuo com a justiça social e a democracia.

Referências

BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Educação sexual na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 2, p. 57–64, 2016.

MAIA, F. R. et al. Educação sexual no espaço escolar: desafios e possibilidades de uma formação cidadã. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, n. 14, p. 147–160, 2012.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577–1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas

nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores.
Caderno Pedagógico, v. 22, n. 1, e13702, 2025.